



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



PARECER N° 26/2019

*Da Comissão de Educação e Bem-Estar Social, sobre o Projeto de Lei n° 2290 de 2019, de iniciativa do Prefeito Municipal de Araucária Sr. Hissan Hussein Dehaini, que REVOGA A LEI MUNICIPAL N° 2177, DE 31 DE MARÇO DE 2010.*

Relator: **Elias Almeida do Santos – Partido PPS**

• **I – RELATÓRIO**

**A Comissão de Educação e Bem-Estar Social, examina o Projeto de Lei n° 2.290 de 2019, de iniciativa do Prefeito Municipal de Araucária Sr. Hissan Hussein Dehaini, que REVOGA A LEI MUNICIPAL N° 2177, DE 31 DE MARÇO DE 2010.**

• **II – ANÁLISE**

Compete a Comissão de Educação e Bem-Estar Social, matéria que diz a respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e Cultural, à ciência, às artes e à assistência Social, conforme o inciso IV, do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, conforme segue:

*“Art. 52° Compete*

*(...)*

*IV - à Comissão de Educação e Bem-Estar Social, matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, às artes e à assistência social;*

Tendo em vista o Art. 30°, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**



*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria dos vereadores, conforme consta abaixo,

*“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:*

*a) do Vereador;”*

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Educação e Bem-Estar Social examinar, favoráveis ao Projeto de Lei n.º 2.290/2019.

• **III – VOTO**

Diante das razões apresentadas acima, acrescido do parecer jurídico pelo regular seguimento do projeto, não foi encontrado impedimentos que limitem sua tramitação, sendo assim, no que cabe a Comissão de Educação e Bem-Estar Social analisar o projeto acima epigrafado, favorável ao trâmite.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2019.

**Elias Almeida do Santos – Partido PPS**  
**RELATOR - CEBES**





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CEBES SOBRE O  
PROJETO DE LEI Nº 2290/2019

Membro	Favorável	Contrário	Ausente	Assinatura
Tatiana Assuiti Nogueira				
Celso Nicácio da Silva	X			<i>Celso Nicácio da Silva</i>

Certifico que juntel parecer das  
Comissões Técnicas contendo. 02  
vota(s).

Comissão(ões): CEBES

Relator: Edson Almeida

Indicando a Diretoria do Processo

Realizado em: 24/10/19

Rosimaria Silva  
Assistente Administrativo